



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638755 - SP (2021/0002236-6)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
TADEU JOSE MIGOTO FILHO - PR061564  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EDMILSON GUILHERME DE AQUINO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDMILSON GUILHERME DE AQUINO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0010668-54.2020.8.26.0996).

O paciente cumpre pena de 19 anos e 2 meses de reclusão atualmente no regime fechado, em razão de condenação definitiva por crimes de tráfico de entorpecentes, associação para o tráfico, roubo majorado, sequestro e uso de documento falso, e teve o pedido de progressão ao regime semiaberto indeferido por inadimplemento do requisito subjetivo.

O impetrante sustenta que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois o acórdão impugnado manteve o indeferimento da progressão ao regime intermediário com base apenas na gravidade abstrata dos delitos perpetrados e da longa pena a cumprir.

Alega que o paciente já cumpriu o lapso temporal exigido para a benesse e que não há elementos concretos no curso da execução que impeçam a progressão.

Requer, liminarmente e no mérito, a cassação do acórdão combatido e a concessão da progressão ao regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente